



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO

Nº 35/2012

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 25 de Junho de 2012

MOÇÃO

RESULTADOS DRAMÁTICOS DE UM ANO DE GOVERNO PSD/CDS

Decorrido um ano de governo PSD/CDS, o resultado da sua política neoliberal, traduz-se no maior flagelo social vivido em Portugal após o 25 de Abril de 1974.

As consequências desta política desastrosa, no País em geral e no Barreiro em particular, estão patentes na situação social do Concelho, que regista um forte desemprego, uma diminuição drástica do direito ao acesso a cuidados de saúde e à justiça, o encerramento de centenas de pequenas e médias empresas e o ataque concertado ao poder local, com a prevista extinção das Freguesias, que mais não representa do que uma forma de restringir a democracia, não apresentando quaisquer reduções de custos no Orçamento Geral de Estado, pois o pretensível corte de “gorduras”, vai ser absorvido pelos custos do processo de extinção das freguesias.

Em termos sociais, a situação do Concelho, revela uma tendência para um agravamento da situação actual, verificando-se o empobrecimento acelerado, impulsionado pelo forte índice de desemprego.

O Desemprego, como o maior flagelo social que é, pelo que representa em termos de recessão económica, está na origem da grande maioria dos problemas sociais verificados, como é o caso do recurso aos Bancos Alimentares.

No Concelho, o desemprego, aumentou cerca de 17%, entre Abril de 2011 e Abril de 2012.

Em Abril de 2011, encontravam-se inscritos no Centro de Emprego, 4.334 pessoas, e em Abril de 2012, 5.106 pessoas, sendo que dessas, a grande maioria situa-se na faixa etária entre os 35 e os 54 anos de idade.

Numa população como a do Barreiro, com um índice de envelhecimento de 152,2%, bastante superior à média nacional, os efeitos do desemprego, sobretudo nesta faixa etária, conduzem irremediavelmente, a uma maior necessidade de apoio social, situação a que a Autarquia tem vindo a acorrer apesar das graves dificuldades financeiras, resultantes de uma forte quebra de receitas, que implicará uma redução da despesa em termos de orçamento, e à adopção de medidas mais ousadas de contenção.

O Poder Central, não apresenta respostas e medidas estruturais para fazer face ao agravamento da crise.

Na sua sanha de obedecer ao poder da Troika, o Governo atropela os mais básicos direitos da população, fazendo cortes indiscriminados e aumentando brutalmente a tributação.

Na saúde, o alargamento do número de taxas moderadoras e o aumento significativo do seu valor estão a ter consequências dramáticas: uma redução de mais de 350 mil utentes no primeiro trimestre deste ano nas idas às urgências hospitalares e aos Serviços de Atendimento Permanente (SAP).

Estas taxas têm como único propósito abrir novos espaços de negócio lucrativo para os grupos privados de saúde (que neste período viram crescer em 15% as idas às urgências dos seus hospitais) à custa de um brutal e desumano agravamento das injustiças sociais no acesso ao direito a cuidados de saúde por parte da maioria da população que tem como única fonte de rendimento o seu trabalho ou a sua reforma.

A situação de desemprego é todos os dias agravada, em função do encerramento de empresas, como é o caso ainda este ano, do encerramento das Oficinas Ferroviárias.

A suspensão do projecto do Arco Ribeirinho Sul, da construção da Terceira Travessia do Tejo, são medidas, que, mais uma vez, penalizam o Barreiro, em termos económicos e em termos de desenvolvimento futuro, do Concelho da Região e do País.

Representam a estagnação do desenvolvimento, goram as expectativas de criação de riqueza e de emprego, a que crescem os ataques aos trabalhadores e à população, sobretudo com a aprovação e promulgação do novo Código de Trabalho, que entrará em vigor em Agosto de 2012, onde os despedimentos se vão tornar mais baratos e o empobrecimento dos trabalhadores, mais visível e real, constitui mais um factor de agravamento das condições sociais do País e do Concelho.

A proposta de extinção das freguesias, a pretexto de uma alegada poupança, não tem qualquer outro objectivo que não seja o de restringir o direito das populações a escolher os seus representantes políticos, já que até, hoje o Governo ainda não conseguiu demonstrar a necessidade de tal extinção, ou a poupança que daí advenha.

A verdade é que entre grupos de trabalho e comissões de extinção, o Estado vai gastar mais do que poupa.

Esta politica não serve os interesses do Barreiro nem do País e representa o mais baixo nível de condições de vida da população do Barreiro, após o 25 de Abril de 1974.

Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida no dia 25 de Junho de 2012, decide:

1. Repudiar a continuação da politica neoliberal prosseguida pelo Governo, contra os interesses do Povo e do Concelho do Barreiro;
2. Reafirmar a urgente necessidade de concretização do projecto do Arco Ribeirinho Sul e do Plano de Urbanização da Quimiparque e Áreas Envolventes, como elementos essenciais na criação de emprego e de desenvolvimento do Concelho e da Região;
3. Reafirmar a necessidade de concretização da construção da Terceira Travessia do Tejo, importante infraestrura para a melhoria da mobilidade na Região e essencial na ligação rodo ferroviária entre o norte e o sul do país, determinantes para o desenvolvimento económico do País, da Região e do Concelho.

Aprovada por maioria com 30 votos a favor da CDU, do PS e do BE, e 3 votos contra do PSD

O Presidente da Assembleia Municipal


Frederico Pereira